



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

PROGRAMA LEITE GAÚCHO

PORTO ALEGRE, JANEIRO DE 2012



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TARSO GENRO

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO
IVAR PAVAN

DIRETOR GERAL
ELTON SCAPINI

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL,
PESCA E COOPERATIVISMO – ADJUNTO
RONALDO FRANCO OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE
INÁCIO BENINCÁ

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR
JOSÉ ADELMAR BATISTA

EQUIPE DE ELABORAÇÃO
SDR:
**JOSÉ ADELMAR BATISTA, ÉZIO GOMES, LIONARA LEÃO,
ARMANDO ENDERLE, RODRIGO RODRIGUES, IVANDRÉ MERLIN JR.**

EMATER
BRENO KIRCHOF, PEDRO URUBATAN e MARCELO BRANDOLI



EQUIPE DE COLABORADORES

EMATER:

Gerência Técnica; RAFAEL GOMES, CÉLIO COLLE e CEZAR FERREIRA.
Gerência de Classificação e Certificação; MARI DARTORA e JOSE MENDINA,
Gerência de Planejamento; CÓRDULA ECKERT, RICARDO BARBOSA e
MAURO STEIN,
Regional Ijuí; EVAR KREUTZ, NEIMAR PERONI e JULIO PARIS
Regional Porto Alegre; RICARDO OLIVEIRA e GUILHERME COSTA
Regional Pelotas; SONIA DESIMON e MARA SAALFELD
Regional Bagé; FABIO SCHILICK
Regional Erechim; VALMIR DARTORA
Regional Santa Rosa; FLAVIO FAGONDE, AMAURI CORACINI
e MARCO ANDRE JUNGES
Regional Santa Maria; JOSE MARIO PERLIN
Regional Estrela; MARTIN WENDERER, LUIZ BERNARDI ; DERLI BONINE E
EDISON FRANCA VIEIRA REGIONAL DE SANTA MARIA

SDR:

GERVÁSIO PLUCINSKI e SABRINA PARRINO

CEASA:

IVOR VICENTINI

INTRODUÇÃO

Um rural com gente, esta foi a justificativa que orientou a estratégia de criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR. Este novo conceito se propõe a dar outra dimensão da importância do rural, para além da produção agrícola, pecuária e dos negócios. O rural, nesta nova perspectiva é materializado no conceito de multifuncionalidade das propriedades e do ambiente da agricultura familiar. Um rural com geração de trabalho e renda e também com um modo de vida específico, que contribui para a produção agrícola, para a preservação da cultura, para a gestão dos recursos naturais, da paisagem e dos ecossistemas. Enfim, um desenvolvimento focado nas múltiplas dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais, históricas, geracionais e regionais. Logo, o mundo da agricultura familiar é amplo e diversificado, estando as pessoas organizadas em núcleos familiares, morando e vivendo em suas propriedades ou em comunidades próximas, necessitando mais do que crédito e solução de problemas voltados à produção agrícola, mas também, de outros serviços e políticas públicas.

MISSÃO DA SDR

Considerando o exposto acima, a SDR tem como missão promover o desenvolvimento rural focado na elevação da qualidade de vida, na produção de alimentos saudáveis, na compreensão da agricultura familiar como um modo de vida, que vai além da produção e dos negócios, um rural com gente, buscando a permanência do jovem no meio rural.

EIXOS DE ATUAÇÃO DA SDR

- Elevação da autoestima e da renda dos agricultores familiares
- Qualificação das economias de base familiar e cooperativa
- Conjugação de desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental

1. ALGUNS ELEMENTOS DE CONCEPÇÃO E CONJUNTURA

O meio rural brasileiro vem passando por um intenso processo de transformação, nas últimas décadas. Com a globalização da economia tem ocorrido um forte avanço do capitalismo no meio rural, concentrando, cada vez mais, as cadeias produtivas sob a hegemonia dos complexos agroindustriais, objetivando principalmente a produção de *commodities* para exportação. Esse processo, que por

um lado vem conseguindo produções recordes a cada ano, por outro, vem ocasionando sérios problemas sociais e ambientais. Dentre os problemas sociais percebe-se o esvaziamento e o empobrecimento populacional do meio rural, além da perda de valores culturais e costumes populares das comunidades rurais. Dentre os problemas ambientais observa-se um crescente nível de degradação ambiental, esgotamento dos solos, poluição das águas, intoxicação e contaminação dos produtos e dos agricultores pelo uso intensivo de agrotóxicos, além da redução da biodiversidade com uso das sementes transgênicas.

Os agricultores que permanecem na atividade agropecuária encontram-se, cada vez mais, dependentes e integrados à indústria, seja na aquisição de maquinários e insumos, seja na comercialização de seus produtos. Nessas transações, normalmente os agricultores encontram-se em desvantagem, pois, relacionam-se com segmentos altamente capitalizados, que exercem forte poder de barganha no mercado, exigindo dos agricultores aumentos de produtividade e achatamento na renda familiar. A relação capital/ trabalho no meio rural está rumando, cada vez mais, para sistemas de integração verticalizados. Na produção animal, por exemplo, as indústrias fornecem os animais, a alimentação e os medicamentos e os produtores entram com a mão-de-obra a terra e as instalações. Neste sistema o produtor não é dono da produção e sim um prestador de serviços, sem carteira assinada, sem qualquer chance de influir nos valores à receber pela sua força de trabalho.

A população rural está envelhecida e masculinizada, onde cerca de 19% dos que residem no meio rural possuem condições de aposentadoria por idade e 62,6% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários são homens. Há um forte movimento de atração dos jovens para as áreas urbanas. Apenas 28% da população gaúcha vivem no meio rural. Conforme pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 54% dos rapazes e 74% das moças da Região Sul do Brasil não pretendem continuar na atividade agrícola.

O meio rural gaúcho caracteriza-se por uma grande diversidade étnica na sua formação cultural, constituída durante as diferentes épocas de ocupação do nosso território. Essa mesma diversidade se expressa nos diferentes perfis de produtores rurais indo de empresários a sem terras, sendo sua ampla maioria de agricultores familiares, incluindo-se neste público também os pescadores artesanais, aquicultores, comunidades quilombolas e povos indígenas.

A estrutura produtiva da agropecuária gaúcha é fortemente influenciada pela sua estrutura fundiária e pelo modelo de colonização implementado ao longo de sua história. Segundo o último Censo Agropecuário (2006), o RS possui 441 mil estabelecimentos rurais, dos quais 378 mil são de agricultores familiares o que corresponde a (85,7%), do total, sendo que os mesmos detêm apenas 31% das terras agricultáveis. As áreas rurais gaúchas apresentam um contingente significativo de pessoas com baixa renda. Segundo a PNAD 2008, aproximadamente 89 mil domicílios rurais gaúchos tinham rendimento familiar médio inferior a um salário mínimo e outros 160 mil deles tinham rendimento entre um e dois salários mínimos.

As recentes crises mundiais trouxeram fortes impactos sobre a agropecuária gaúcha, especialmente sobre a sua renda. No último período houve maior internacionalização das empresas presentes no estado por meio de fusões e incorporações por grupos transnacionais em diferentes cadeias produtivas. Aliadas à forte especulação nos mercados internacionais, as mudanças climáticas e as variações cambiais acentuaram os efeitos das oscilações de preços dos produtos agropecuários, resultando em grande instabilidade para o setor, especialmente para as exportações de carnes. Este cenário contribuiu para agravar a capacidade de pagamento dos financiamentos bancários ou contraídos junto a cooperativas e fornecedores de insumos.

Mais recentemente, outras variáveis, que vieram para ficar, assumem grande relevância no desenvolvimento da agropecuária gaúcha e tendem a aprofundar os seus efeitos, especialmente sobre a renda do setor. Incluem-se aí a globalização dos mercados, a mercantilização dos alimentos e a consolidação dos projetos dos grandes grupos econômicos nas diferentes cadeias produtivas (aves, suínos, carne bovina, leite, celulose, tabaco, biocombustíveis e grãos).

Não por coincidência, o aumento observado da devastação das nossas florestas foi maior no Norte e no Centro-Oeste, exatamente onde se deu a expansão da pecuária extensiva, da plantação de soja e das atividades do agronegócio. As exportações de commodities agrícolas transformaram a alimentação em mercadoria, gerando lucros fabulosos sem qualquer preocupação com a necessidade de alimentar as pessoas. Segundo a Organização para as Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo.

A crise mundial do capital aponta para novas perspectivas de mobilização social e afirmação da agricultura familiar como estratégica ao desenvolvimento sustentável, democratizando a vida no campo, gerando empregos, respeitando o meio ambiente, promovendo o ser humano e produzindo alimentos saudáveis que garantam não só a segurança, mas a soberania alimentar do país. Os dados do Censo reafirmam a capacidade de resistência da agricultura familiar, que adota um modo de produção camponês diferente daquele do agronegócio, constituindo-se em uma das alternativas às crises econômicas, sociais, alimentares e ecológicas provocadas pela globalização capitalista.

A lógica absoluta do mercado tem proporcionado grandes oscilações de preços nos produtos agrícolas nos mercados nacional e internacional em função de diferentes problemas como especulação com alimentos, subsídios internacionais, variações cambiais, variações de consumo, redução ou aumento dos estoques mundiais, concentração do controle da produção agropecuária mundial, controle da produção de insumos, sementes, industrialização, circulação, comercialização, varejo e climáticos. Estes elementos se traduzem em grande instabilidade dos produtores.

Outro fator é a proximidade geográfica e a similaridade de clima e solo que fazem com que a produção primária do RS tenha que enfrentar a concorrência dos parceiros do MERCOSUL. Ao darmos preferência para o trigo argentino, decretamos a ociosidade dos nossos solos, máquinas e mão de obra durante o inverno, isto sem falarmos do arroz, leite, alho, cebola, vinhos etc.

Neste mundo globalizado, proposto pelos países ricos, novos mecanismos criados por eles são utilizados como forma de preservar seus mercados. No que diz respeito aos mercados agrícolas e pecuários os mais evidentes são os subsídios e as restrições de pretexto sanitário. São os países ricos que definem as doenças consideradas de risco, o seu grau de restrição e as normas para enfrentá-las, obrigando-nos a rigorosos programas de controle sanitários de defesa agropecuária, rastreabilidade e certificação, mecanismos que além de elevar os custos de produção, acabam por excluir milhares de pequenos produtores destes mercados.

Mesmo frente a todas as dificuldades enfrentadas no campo, o setor primário, é o setor da economia com a maior capacidade de dinamizar outros setores, a jusante e a montante, de forma descentralizada e de rápida resposta, permitindo uma retomada acelerada do desenvolvimento do RS. Nesta mesma perspectiva,

devemos buscar uma nova postura em relação ao governo federal, com maior integração, potencializando os recursos disponibilizados para o estado pelos programas nacionais e fontes de financiamento, com a criação e/ou a implantação de novos programas de forma regionalizada, com incorporação de tecnologias, educação e assistência técnica.

Com apenas 24,3% da área ocupada, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (R\$ 54,4 bilhões). A agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país gerando os produtos da cesta básica consumidos internamente e responde por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). As informações do IBGE revelam também como a agricultura familiar é mais eficiente na utilização de suas terras: geram um VBP de R\$ 677,00/ha, enquanto que a não familiar gera um VBP de R\$ 358,00/ha. A agricultura familiar gera 15 postos de trabalho/100 ha, enquanto que a patronal gera apenas 1,7.

Reverter este quadro, promovendo políticas de apoio à agricultura familiar, quilombolas, pescadores e indígenas, motivando-os a permanência no meio rural, com condições dignas de saúde, educação, segurança, apoiando a diversificação da produção dentro de uma visão de desenvolvimento territorial sustentável, é a principal preocupação desta secretaria.

Um rural com gente, essa é a estratégia da SDR que se propõe a dar outra dimensão na importância do rural, com uma visão para além da produção agrícola e pecuária. O rural, nesta nova perspectiva é concebido nos seus vários aspectos, a partir do conceito de multifuncionalidade das propriedades e do ambiente da agricultura familiar. Um rural, não só de geração de trabalho e renda, mas também de um modo de vida específico, que contribui para a ocupação racional do território, a preservação da cultura, a gestão dos recursos naturais, da paisagem e dos ecossistemas. Enfim, o desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, culturais e ambientais.

2. IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO LEITEIRA

A produção brasileira de leite vem crescendo numa média de 5% ao ano, tendo saído da marca dos 14,5 bilhões de litros produzidos no ano de 1990 para 30,5 bilhões em 2010. Com este aumento, o Brasil alcançou a autossuficiência em produtos lácteos, abastecendo a população e exportando uma pequena quantidade (em torno de 3% ao ano). Mas o Brasil pode ir muito além e transformar-se num grande exportador destes produtos, por apresentar as seguintes características favoráveis: maior área agricultável do mundo e cerca de 330 milhões de ha de áreas com pastagens e áreas não utilizadas, além do maior reservatório de água doce do mundo, topografia e condições de solo e clima variados, excelente luminosidade, predomínio da produção de leite à pasto, com 82% dos estabelecimentos produtores utilizando a mão-de-obra familiar o que barateia o custo de produção. Além disso, existe a possibilidade de aumentar bastante a produtividade dos rebanhos, que no Brasil é muito baixa atingindo a marca de 1.260 litros por vaca/ano, podendo dobrar ou triplicar esta marca com melhoramento genético e alimentação do gado. É importante, também, considerar que a tendência do mercado é que a produção de leite continue sendo uma atividade viável nos próximos anos, tanto pelo aumento da demanda no mercado externo, principalmente nos países emergentes, quanto no mercado interno, com a melhoria dos salários e programas sociais do Governo Federal.

A maior produção de leite brasileira ocorre na Região Sudeste, respondendo por 37% da produção nacional, seguida pela Região Sul com 30%. A Região Sul, embora estando atualmente em segundo lugar no ranking, poderá se tornar a maior produtora de leite do país, dentro em breve, pois sua produção vem crescendo 8,5% ao ano, versus um crescimento de 2,6% anual na Região Sudeste (IBGE). Mesmo com o aumento da produção, está havendo em todo o país uma redução do número de estabelecimentos produtores de leite. Isso vem acontecendo com maior intensidade justamente na Região Sul do país, onde 193 mil estabelecimentos rurais (32%) abandonaram a atividade leiteira entre 1996 e 2006, conforme o censo agropecuário.

O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor de leite do país, com mais de 3,3 bilhões de litros anuais, significando 12% da produção nacional, ficando atrás somente de Minas Gerais. São produzidos diariamente no RS em torno de 9,5 milhões de litros de leite, produção esta, muito abaixo da capacidade do parque

industrial do Estado, que é de 16 milhões de litros/dia. A produtividade é uma das melhores do Brasil, chegando a 2.336 litros/vaca ordenhada por ano. Existem no estado do Rio Grande do Sul 441 mil estabelecimentos rurais dos quais 134 mil são produtores de leite, sendo que 70% deles comercializam menos de 100 litros do produto por dia (conforme censo agropecuário 2006).

A produção leiteira tem um significativo potencial de crescimento no Rio Grande do Sul, pelo seu clima temperado, fertilidade do solo, boa disponibilidade de água, produção predominantemente a base de pasto em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar e baixo custo de produção. Além disso, a produção de leite nesta região sofre menor concorrência com as plantações de cana-de-açúcar para produção de etanol quando comparada a outras regiões. Significa também, uma excelente alternativa para os produtores de fumo, que deverão migrar para outras atividades devido aos acordos internacionais de redução na produção do tabaco.

Entendendo a importância da produção de leite para o fortalecimento da agricultura de base familiar, proporcionando renda mensal a muitos produtores gaúchos, a Secretaria de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo está lançando o programa “Leite Gaúcho”, com uma série de ações no sentido de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade do leite produzido nos estabelecimentos rurais do Estado, melhorando a renda dos agricultores de base familiar através da capacitação, assistência técnica, monitoramento da produção e acesso a crédito subsidiado entre outras.

Vale salientar, que este programa tem como finalidade formar parcerias e colaborar com iniciativas já existentes, fortalecendo os programas regionais. Ele foi inspirado em iniciativas como rede leite, balde cheio, vale dos lácteos entre outros.

Este programa, além de atender os produtores que já se encontram na atividade leiteira aceitará a adesão de novas famílias, por se tratar de uma atividade de retorno imediato, renda mensal e mercado assegurado. Entendendo que existem muitos agricultores familiares, assentados e quilombolas que aproveitarão esta oportunidade para ingressar na atividade. Com isso, o programa “Leite Gaúcho” estará contribuindo com os projetos de combate a pobreza extrema dos Governos Federal e Estadual.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

1. OBJETIVO GERAL

Aumentar a renda, melhorar a qualidade de vida dos agricultores de base familiar, através do aumento da produção, da produtividade e da melhoria da qualidade do leite, ofertando um alimento seguro e saudável à população.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Qualificar e profissionalizar os produtores de leite (agricultores familiares, quilombolas, assentados e técnicos)
- Fornecer assistência técnica e extensão rural aos produtores de leite
- Aumentar a produção e melhorar a renda dos produtores de leite
- Melhorar a qualidade do leite gaúcho

PÚBLICO

Será considerado público do programa os agricultores familiares, quilombolas, assentados da reforma agrária e do crédito fundiário que atendam os requisitos dispostos na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

Poderão ingressar no programa agricultores familiares que já exercem a atividade leiteira e objetivam o aumento da produtividade e melhoria na qualidade do leite; novos produtores, incluindo assentados da reforma agrária e do crédito fundiário; aqueles que pretendam diversificar o cultivo do tabaco com a atividade leiteira; pecuaristas familiares; além de atenção especial voltada para o público em situação de pobreza extrema no meio rural.

METODOLOGIA

A coordenação do programa será de responsabilidade da SDR, a qual disponibilizará e articulará recursos financeiros para a execução das ações do mesmo.

A SDR estimulará a formação de Câmaras Técnicas do Leite, junto aos Conselhos Municipais, com o objetivo de implantar, articular, promover os serviços de ATER e monitorar o programa, além de outras possíveis demandas. Também

serão criados Comitês Regionais, que poderão ser nas Coordenadorias Regionais da SDR ou nos COREDES, com objetivo de implantar, articular, promover serviços de ATER e qualificação, monitorar a execução do programa leite gaúcho.

A SDR proporá assinatura de Termos de Cooperação Técnica com Cooperativas, Associações de agricultores familiares e Prefeituras, visando implantar e operacionalizar com celeridade e eficácia o Programa Leite Gaúcho, além de está contribuindo para o fortalecimento do cooperativismo no Estado.

O Programa terá ações que diferenciarão cada tipo de público, principalmente novos produtores e aqueles com intenção de diversificar a propriedade produtora de tabaco através da atividade leiteira, além dos em situação de pobreza extrema.

PARCEIROS

O programa convidará para serem parceiros o MDA, MDS, MEC/FNDE, EMATER, EMBRAPA, CEASA, Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFETS), FEPAGRO, SEAPA, as cooperativas de produção, as empresas de produtos lácteos, sindicatos, Prefeituras, Universidades, Escolas Técnicas, SENAR, SEBRAE, Centros de Pesquisas e agentes financeiros, incluindo-se cooperativas de crédito, além da coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal – CISPOA.

PAPEL DOS PARCEIROS:

- À EMATER caberá a prestação de serviços de ATER através da formação de grupos de produtores de leite, a qualificação de técnicos, a elaboração de projetos, a execução da maior parte dos cursos de qualificação profissional elaborando e diferenciando os conteúdos programáticos conforme o tipo de público, o cadastramento dos produtores e a alimentação do sistema de monitoramento das atividades por ela executadas.
- Às cooperativas de produção e as empresas de produtos lácteos, caberá assinar um Termo de Cooperação Técnica com a SDR, efetuar o cadastramento dos interessados, elaborar projetos de financiamento e de melhoria da qualidade do leite, coletar amostras para análises periódicas, desenvolver programas de controle de zoonoses, cursos de qualificação, efetuar o desconto em nota de valor correspondente ao pagamento de prestações de financiamento, depositando-os

mensalmente em conta vinculado junto ao agente financeiro, apoio e transporte dos agricultores beneficiados até os locais de realização dos cursos de qualificação,

- Aos Sindicatos parceiros, caberá a divulgação, promoção e mobilização dos produtores de leite.

- Caberá as prefeituras que aderirem a parceria, o desenvolvimento de projetos municipais em apoio a produção leiteira, como infraestrutura necessária, apoio ao transporte dos agricultores até o local dos cursos, entre outras ações.

- Às Universidades, EMATER, Escolas Técnicas, Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFETS), FEPAGRO, EMBRAPA e ONGs, caberá a qualificação de técnicos da EMATER, SENAR, SEBRAE e de outras organizações, além do atendimento de demandas de pesquisas apresentadas pelo Programa.

- Aos agentes financeiros, caberá a disponibilização das linhas de crédito do PRONAF, bem como a abertura de conta corrente vinculada dos cadastrados no Programa que buscarem crédito com apoio das cooperativas de produção e empresas, para depósito mensal de valor correspondente a parcela do financiamento. O agente financeiro também fará a alimentação do sistema de monitoramento com os dados correspondentes, como número de projetos financiados, valores, beneficiários, entre outros.

- O MDA, MDS e o MEC/FNDE, terão papel fundamental na implementação deste Programa colaborando na liberação de recursos necessários para execução do Programa, bem como na garantia de mercado através do Programa de Aquisição de Alimento- PAA e Programa Nacional da Alimentação Escolar-PNAE.

- A CEASA, apoiará a implantação do Programa através da abertura de mercados tradicionais, da alimentação escolar, fortalecendo a transversalidade com o Programa da SDR de combate a pobreza extrema.

- A SEAPA será responsável pela fiscalização e controle da sanidade animal e vegetal, a sanidade das sementes destinadas às pastagens, bem como os insumos.

- O CISPOA, será responsável pela inspeção e fiscalização dos estabelecimentos de produtos lácteos, bem como do transporte do leite da propriedade até o destino final, visando a melhoria da qualidade do leite.

COMO PARTICIPAR DO PROGRAMA

Para ingressar no programa, os agricultores familiares terão que estarem de acordo com os requisitos da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, e se cadastrarem junto ao escritório local da EMATER, cooperativas e empresas de produtos lácteos participantes do Programa.

LINHAS DE AÇÃO

1. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e quilombolas que ingressarem no programa passarão por um processo de qualificação profissional visando aumentar a quantidade e melhorar a qualidade do leite ofertado à população, além de técnicas de manejo que tenham como finalidade garantir ao rebanho um alimento nutritivo o ano todo. Este processo ocorrerá através de cursos, que serão ministrados nos centros de treinamento da Emater existentes em diversas regiões do Estado, em cooperativas que firmarem o Termo de Cooperação Técnica, além de outros espaços físicos adequados. A qualificação profissional dos agricultores será fornecida para agricultores familiares indicados por entidades e aprovados pelos Conselhos Municipais de Agropecuária. Será disponibilizado pelo Programa, um manual operativo que servirá para orientar os interessados nos cursos de qualificação.

Nesses cursos serão ministrados conteúdos sobre os seguintes temas: gestão da propriedade, manejo do gado com pastoreio rotativo, implantação de sistemas agrosilvopastoris, melhoramento e irrigação de pastagem, planejamento da alimentação do gado, suplementação alimentar, melhoramento genético, sanidade animal, ordenha, conservação adequada do leite e gerenciamento da atividade leiteira, boas práticas de produção, dentre outros, sendo que esses conteúdos deverão ser adequados aos diferentes públicos.

Os custos de hospedagem, alimentação, material didático, horas técnicas dos instrutores serão fornecidos pelo programa restando aos participantes custearem o transporte até os locais dos cursos, sendo que neste caso, poderão ser obtidos em parceria com prefeituras, laticínios e cooperativas.

2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Os serviços de assistência técnica e extensão rural serão fornecidos por técnicos da EMATER, habilitados e preparados, ou através dos técnicos das cooperativas parceiras do Programa que possuam equipe técnica para atuarem com as famílias cadastradas no Programa, estes técnicos realizarão parcerias com técnicos das prefeituras, sindicatos e demais parceiros de cada região e/ou município para otimização dos trabalhos de ATER. Para receberem esses serviços, as famílias beneficiadas serão organizadas em grupos que poderão variar dependendo da região, não ultrapassando a quantia de até 30 beneficiado/família por grupo.

Neste trabalho será valorizado o saber popular e científico, onde as pesquisas e práticas consagradas pelos agricultores serão consideradas e somadas ao conhecimento construído no meio acadêmico. Os técnicos deverão ter uma postura de animadores do processo, promovendo a construção conjunta do conhecimento, objetivando sistemas sustentáveis de produção e fornecendo uma assistência técnica continuada e diferenciada para cada tipo de produtor, dos novos ingressantes, aos que já exercem a atividade leiteira, além daqueles que desejam fazer a diversificação do cultivo do tabaco para a produção leiteira. Também será papel da assistência técnica a qualificação e o melhoramento genético do rebanho leiteiro gaúcho.

3. AUMENTO DA PRODUÇÃO

O Programa Leite Gaúcho tem como meta mínima, aumentar 40% em 4 anos a produção leiteira nos estabelecimentos rurais dos beneficiários do Programa. Com este objetivo serão desenvolvidas uma série de ações, que iniciam com a capacitação e a assistência técnica, já descritas nos itens anteriores, além de outras como: acesso a crédito subsidiado, aquisição de semente de forrageiras pelo Programa Troca-Troca de Sementes e melhoramento genético do rebanho.

3.1. CRÉDITO

Os produtores de leite assistidos pelo programa e as cooperativas participantes terão acesso às linhas de crédito oferecidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para os seguintes

investimentos: melhoramento e irrigação de pastagens, silagem, subsídios para aquisição de sêmen de alta qualidade, aquisição de matrizes, financiamento para criação de terneiras, insumos, instalação de cercas, curral, salas e equipamentos de ordenha e de conservação do leite como tanques de expansão.

As operações de crédito através do PRONAF MAIS ALIMENTO, contratadas via BANRISUL, cujo valor não ultrapasse R\$ 10.000,00(dez mil reais), terão os juros equalizados pelo Governo do Estado através de subsídios do Fundo Estadual de Apoio a Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). Para o sucesso e garantia das operações o Programa realizará parcerias com agentes financeiros, cooperativas e empresas, que se comprometam em descontar os valores das parcelas, mensalmente depositando-os em uma conta vinculada do agricultor junto ao agente financeiro.

3.2. TROCA-TROCA DE SEMENTES

Este programa realizará parcerias com cooperativas para a execução de um Programa Troca-Troca de Sementes de forrageiras, onde o FEAPER repassará recursos para aquisição, classificação e distribuição aos agricultores familiares produtores de leite.

O FEAPER, como financiador de ações ligadas ao suporte dos agricultores familiares, disponibilizará recurso especial às Cooperativas do segmento leiteiro, através de uma linha de crédito junto ao BADESUL. A referida linha de crédito será aprovada pelo Conselho de Administração do Fundo, que definirá as regras, prazos e garantias necessárias para a execução deste crédito. Os recursos não sofrerão qualquer tipo de correção, ou seja, com taxa de juros de zero por cento. Cada entidade apresentará sua demanda acompanhada de análise técnica, sendo que o valor global será definido pela SDR.

3.3. MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO

O programa incentivará as cooperativas e os agricultores familiares a desenvolverem programas de criação de terneiras com alimentação adequada, capacitação de técnicos para planejamento e eficiência na inseminação artificial e aquisição de matrizes de qualidade.

Através de parceria com o Programa DISSEMINA, da Secretaria da

Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), poderá ser fornecido gratuitamente sêmen de qualidade para as instituições parceiras do Programa Leite Gaúcho que disponha de equipe técnica de inseminadores.

3.4 MARKETING

O programa incentivará e desenvolverá ações de marketing, visando aumentar o consumo de leite pela população, mostrando sua importância para uma alimentação saudável, inclusive na alimentação escolar e produzindo alimentos voltados para a soberania alimentar. O Programa terá ações salientando ainda a importância econômica para geração de renda, a contribuição no programa de erradicação da pobreza extrema, além de divulgar e incentivar o consumo do leite de qualidade produzido pelos agricultores familiares. Para tal, poderão ser usadas imagens de autoridades, personalidades, agricultores familiares e população em geral, desde que autorizadas, distribuição de panfletos, livretos educativos cartilhas e outros, em ações que contemplarão famílias, escolas, creches e pontos de vendas, levando conhecimento a toda população sobre a importância de promover e consumir o leite gaúcho.

4. MELHORIA DA QUALIDADE DO LEITE

Para que os produtos lácteos brasileiros atendam os padrões de qualidade, já praticado no mercado externo, houve a necessidade de mudanças na legislação. Neste sentido, no ano de 2002, foi implantada a Instrução Normativa Nº 51/2002, alterada pela Instrução Normativa Nº 62 de 29 de dezembro de 2011, que estipula novos parâmetros sanitários para a produção, coleta, transporte e industrialização do leite no território nacional. Os padrões de qualidade estão sendo implantados em etapas. No ano de 2012 está previsto uma redução na contagem de células somáticas e contagem bacteriana de 750 mil para 600 mil unidades por mililitros de leite, com novas reduções previstas para os anos de 2014 (500.000 células somáticas e 300.000 UFC de bactérias) e 2016 (400.000 células somáticas e 100.000 UFC de bactérias).

No intuito de atender os padrões de qualidade estipulados pela legislação e assim, ofertar leite de qualidade à população, os beneficiários do programa receberão treinamento, dias de campo, assistência técnica, monitoramento e

certificação da qualidade do leite, além do fornecimento de kits de higienização da ordenha com a finalidade de qualificar os grupos de produtores beneficiados.

4.1. DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DO LEITE

O programa realizará um diagnóstico da qualidade do leite que sai dos estabelecimentos dos produtores inscritos, caminhões transportadores de leite e indústrias de produtos lácteos, com o objetivo de identificar pontos de estrangulamento que estejam dificultando a obtenção de leite de elevado padrão de qualidade, em atendimento aos critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 51/2002, alterada pela Instrução Normativa Nº 62/2011. A coleta das amostras e das análises de leite, serão de responsabilidade das cooperativas, órgãos de fiscalização e empresas participantes do Programa.

4.2 MONITORAMENTO

Com base no diagnóstico da qualidade do leite e de análises periódicas, será realizado o controle e monitoramento de parâmetros da qualidade do leite e controle de zoonoses em parceria com a SEAPA, as cooperativas, empresas e serviços de inspeção estadual e municipal.

4.3 CERTIFICAÇÃO

O programa realizará parcerias para identificação de origem do leite gaúcho, estabelecendo um conjunto de práticas de produção que promovam o respeito ao ambiente, a biodiversidade, aos animais além de ações que conjuguem em inclusão social, conferindo ao produto final um selo do Programa Leite Gaúcho. O selo de certificação fornecerá ao consumidor muito mais do que a certeza de estar adquirindo um produto saudável, mas também, garantindo que é o resultado de uma agricultura familiar capaz de assegurar a manutenção e sustentabilidade do ambiente natural, proporcionando qualidade de vida para quem vive no campo, um rural com gente, buscando sempre a permanência do jovem no meio rural.

4.4 NORMAS TÉCNICAS

A SDR, em parceria com serviços sanitários, EMATER, EMBRAPA e outros, elaborará um conjunto de normas técnicas a fim de adequar e incluir os agricultores familiares na IN 51/2002 (alterada pela Instrução Normativa Nº 62/2011), melhorando a qualidade do leite que sai dos estabelecimentos de produtores de base familiar.

QUADRO DE METAS

METAS	2011	2012	2013	2014	Quantidade Total	Valores R\$
1. Qualificação Profissional (agricultores familiares)	5.000	10.000	10.000	5.000	30.000	17.145.600,00
Aquisição kit de higiene dos equipamentos de ordenha para fins pedagógicos e metodológicos	0	20	10	0	30	45.000,00
2. Assistência técnica e extensão rural (grupos de até 30 beneficiados/famílias)	0	300	400	300	1.000	EMATER
3. Aumento da produção (40% em 4 anos para os beneficiários)	5%	10%	10%	15%	40%	-----
Equalização dos juros para linha de crédito do PRONAF MAIS ALIMENTOS para projetos de até R\$ 10.000,00.	0	4.000	4.000	2.000	10.000	5.000.000,00
Financiamento de sementes e mudas forrageiras	0	100	100	100	300	15.000.000,00
Marketing (campanhas)	-	1	1	1	3	
4. Qualidade do leite (redução de células somáticas e quantidade de colônias bacterianas conforme IN 62/MAPA)	750 mil e 750 mil	600 mil e 600 mil	600 mil e 600 mil	500 mil e 300 mil		
Diagnósticos de qualidade	0	2	2	2	6	-----
Monitoramento (Relatórios)	0	2	2	2	6	-----

DESAFIOS

Mesmo com a execução plena das ações previstas neste Programa, alguns desafios permanecem e preocupam pela importância que representam para a continuidade e a sobrevivência da agricultura familiar. Um desses desafios diz respeito a escassez de mão-de-obra no meio rural, principalmente na agricultura familiar. Aí vem o debate sobre a sucessão. Quem irá assumir a produção daqui a alguns anos, se os jovens estão desestimulados e sem vontade de assumir a continuidade do processo produtivo na propriedade dos pais? Nesse sentido, este programa tem ações de incentivo, mas isso não basta. As famílias do meio rural reivindicam a possibilidade de ter acesso às facilidades de consumo que os centros urbanos oferecem, como internet, celular, televisão, carro, lazer e tantas outras.

Outro desafio que também podemos relacionar à mão-de-obra é o trabalho intensivo que a produção leiteira exige. Muitos agricultores familiares dizem que são “escravos das vacas”, pois tem hora marcada para alimentar e ordenhar todos os

dias da semana. Isso limita e impede que estes agricultores familiares tenham folga nos finais de semana e possam usufruir o direito a férias mesmo que por um curto período. Como resolver este drama? Não se trata de copiar, mas aprender com a experiência de produtores de outros países, onde foram criadas cooperativas de tratadores das vacas das propriedades e até equipes especializadas em ordenha, para substituir os agricultores quando estes tiram suas folgas semanais ou férias. Trata-se de um tipo de trabalho cooperativo e solidário. Por que não se realizar um projeto piloto em um determinado município ou região que se disponha discutir e implementar algo nesse sentido? O desafio está lançado.

CONCLUSÃO

Este programa, como já foi dito, tem a intenção de somar esforços, buscando sempre a melhoria da qualidade e o aumento da quantidade do leite gaúcho. Assim, a SDR conclama a sociedade gaúcha representada pelos movimentos sociais e sindical, cooperativas e empresas de lácteos, prefeituras, centros de pesquisa, universidades, escolas técnicas e todos aqueles que se interessarem pelo tema, juntem-se a nós e a EMATER, para trabalharmos com transversalidade, transformando o leite gaúcho oferecido à população em um produto de alta qualidade.